

Karitianas fazem incesto na luta contra a extinção

Estratégia de recomposição demográfica da tribo karitiana utiliza matrimônios interétnicos

De 60 membros em meados dos anos 60, antes da liberação do incesto, hoje os karitianas são mais de 200

Organizados numa associação civil com ativa participação na política indigenista local e regional, os karitianas - que habitam o igarapé Sapoti, no vale do Rio Madeira, em Rondônia - formam atualmente um dos grupos indígenas policamente mais atuantes do Estado. Compõem também uma sociedade com características culturais e tradições peculiares entre os outros grupos indígenas. Violentamente oprimidos pelos integrantes das frentes extrativistas do norte do País, foram reduzidos a pouco mais de 60 membros em meados da década de 1960. Mesmo assim, consideram pacífico o convívio com a cultura que eles próprio denominam de "civilizada".

A forma positiva como avaliam a convivência com a cultura que quase os dizimou não representa passividade ou submissão do povo karitiana. Por pior que tenha sido essa relação, o contato com a cultura dos brancos é entendido por eles como parte de um fenômeno inserido na mitologia da tribo. A assimilação do impacto da inserção de valores externos à sua cultura demonstra a capacidade dos karitiana em incorporar a diferença, relacionando-a ao referencial simbólico do entendimento da formação e ordenamento do Cosmo, aponta o antropólogo Carlos Frederico Lúcio, autor da dissertação de mestrado "Sobre algumas formas de classificação social. Etnografia sobre os Karitiana de Rondônia (Tupi-Arikém)". O trabalho, orientado pelo professor Guilherme Raul Ruen, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (Unicamp), foi defendido em junho e re-

cebeu indicação para publicação.

Padrões culturais - Com a população extremamente reduzida nos anos 60, os karitiana utilizaram uma estratégia de recomposição demográfica também peculiar. Os casamentos interétnicos passaram a ser permitidos e, além deles, práticas matrimoniais consideradas incestuosas foram incorporadas ao grupo por meio de um antigo líder, o cacique Antônio Moraes. Às ações do cacique levaram a tribo a repensar vários dos padrões culturais relacionados às regras matrimoniais. Até então, o sistema de parentesco na sociedade karitiana era pautado pela preferência dos homens em se casar com a filha da irmã, apesar de ser comum também o casamento com a prima cruzada matri ou patrilateral (filha do irmão da mãe ou filha da irmã do pai). A abertura para matrimônio com mulheres de outros grupos étnicos e a prática incestuosa possibilitou à aldeia contar atualmente com cerca de 200 pessoas, 95% delas descendentes do cacique Antônio Moraes.



Quase todos os novos karitianas descendem do cacique Antônio Moraes

Cacique Moraes tem precedente mítico

Para Carlos Frederico Lúcio, pesquisar a etnografia dos karitiana foi a maneira de conhecer melhor uma sociedade que convive com a cultura branca desde o final do século passado e nunca havia sido estudada em profundidade. "Missionários estrangeiros que viveram na aldeia fizeram alguns apontamentos. Mas do meu ponto de vista, deixaram de compreender algumas características importantes da classificação social desse povo", argumenta.

A estratégia de recomposição que levou o cacique a se casar com uma de suas filhas, uma de suas irmãs e com filhas de seus irmãos, segundo o antropólogo, foi apontado como fruto de distorção histórica proveniente exclusivamente da depauperação demográfica. "Mas para os karitiana, Moraes tinha o aval de Mbyjty, um personagem mítico,

a quem é frequentemente comparado, embora nem sempre explicitamente, que justifica suas ações.

Dessa forma, os incestos de Moraes são reinterpretados como possibilidade da quebra de um tabu, já que constavam nas narrativas místicas", explica.

Novos costumes - Ao cacique cabe também a introdução de outras mudanças significativas nas regras sociais do grupo, entre elas a adoção do português como segunda língua, a abertura da sociedade a outros grupos étnicos, e o arredondamento do crânio, já que por sua influência a prática do achatamento do crânio das crianças logo após o nascimento deixou de existir entre os karitiana. Conforme Lúcio, apesar de as modificações instauradas pelo cacique, tanto na rede de parentesco quanto em outras regras do

grupo, terem sido densas, foram insuficientes para alterar a essência do sistema de organização e a natureza das relações internas na aldeia.

A organização dos povos da Amazônia e a influência da cultura branca nas várias sociedades indígenas, de acordo com antropólogo, têm sido objeto de discussão acadêmica e alvo de variados estudos. "No caso dos karitiana, a interpretação do mito da origem contribuiu para que, apesar de violento, o contato com os brancos acabasse por ser assimilado sem que suas tradições e cultura ficassem comprometidas", comenta.

Hoje, completamente integrados à sociedade "civilizada" sem, porém, abandonar suas origens, vivem da caça, da pesca, do comércio, de artesanato e de produtos agrícolas que cultivam.

Sangue, bioética e populações indígenas

Ricardo V. Santos e Carlos Coimbra Jr. *

A feira paralela ao congresso da Associação Norte-Americana de Antropólogos Físicos, realizada em Carolina do Norte, em abril, apresentou um stand que chamava atenção. Era de uma empresa especializada na venda de culturas de tecido humano estabelecidas a partir de células sanguíneas. Muito atenciosa, a recepcionista informava que o acervo de "diversidade humana" havia sido estabelecido com material coletado em 15 diferentes populações. Seu catálogo pode ser acessado até via computador (trinet coriell.umdj.edu longin on line).

Ela também explicava que a empresa não teria fins lucrativos e que estaria interessada em expandir seu banco de culturas. Entre as opções disponíveis encontra-se material de dois grupos indígenas da Amazônia Brasileira - os Karitiana e os Suruí, de Rondônia.

A genética das populações indígenas amazônicas está entre as mais bem estudadas do mundo. Até recentemente, as pesquisas baseavam-se sobretudo na análise da frequência de marcadores sanguíneos. Delas não se esperava tirar produtos comercializáveis. Seus resultados eram eminentemente acadêmicos. Mas os tempos mudaram. Os avanços técnicos permitiram aos geneticistas mudar o enfoque de suas análises, que agora residem cada vez mais no estudo do próprio material genético, o chamado DNA. As análises genéticas contemporâneas permitem identificar genes que podem vir a ser patenteados em certos países e levar lucros de milhões de dólares. Claro que a identificação de um gene de valor comercial é menos regra que exceção. Mas as exceções podem valer muito. Um artigo recente da revista Nature (02.05.96) menciona que no ano passado foi vendido nos Estados Unidos o direito de exploração comercial de um gene relacionado com a obesidade por US\$ 70 milhões.

A "imortalização" de linhagens celulares por meio de cultura in vitro é procedimento comum em laboratórios de pesquisa biomédica que, a princípio, não visa ao patenteamento. Não foi a existência de culturas em si que chamou nossa atenção, mas sim sua comercialização. Será que houve consentimento dos doadores governamentais competentes (Fundação Nacional do Índio - Funai, Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, etc.)? Uma vez disponíveis comercialmente, qualquer um pode ter acesso às culturas e quem passa a ditar

o que se pode fazer com o material já não é mais aquele que o coletou originalmente, mas sim o pesquisador ou a empresa que o compra. Será cada vez mais complicado garantir uma compensação para o indivíduo ou comunidade que "doou" o material.

É importante deixar claro que essa discussão não é novidade. Veja-se, por exemplo, a polêmica que envolve a identificação de substâncias com potencial farmacológico a partir de pesquisas etnobotânicas. A questão do patenteamento de genes é, porém, ainda mais delicada, já que o produto patenteado remete, diretamente, ao corpo de um indivíduo.

Ainda que a identificação e o patenteamento de genes não se restrinjam às populações indígenas, estas são de especial interesse para a assim chamada "prospecção de genes", isto porque elas geralmente são geograficamente delimitadas e seus membros compartilham uma história biológica em comum. Elas normalmente descendem de um pequeno número de fundadores, sendo, portanto, geneticamente mais homogêneas.

Não se deve embriagar com um discurso senfobo e atribuir a possibilidade de exploração econômica de recursos genéticos humanos somente a pesquisas conduzidas por estrangeiros. Um laboratório nacional - e existe tecnologia para tanto - pode "descobrir" e vir a patentear um gene de interesse econômico.

O artigo já citado da Nature descreve o seguinte cenário hipotético: "um grupo de indivíduos concorda em prover amostras de sangue para pesquisadores. Na ocasião, os termos do contrato são informais. Os índios aceitam algum material biomédico e ajuda na construção da escola local. Três anos depois, os direitos para exploração de material genético identificado a partir das amostras são vendidos pelos pesquisadores para uma grande companhia farmacêutica por, digamos, US\$ 20 milhões".

Esperamos que a discussão a cerca da ética e dos desdobramentos da pesquisa biomédica e genética entre as populações indígenas amadureça no Brasil, para não sermos apanhados de surpresa. Tal debate é essencial para que não se chegue a solução extremadas como, por exemplo, a paralisação de investigações biomédicas, o que já se observa em certos países.

* Ricardo V. dos Santos é professor do Museu Nacional, UFRJ. Carlos Coimbra Jr. é pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz